



ESTADO DO PARANÁ



Folha 1

Órgão Cadastro:	CEASA		Protocolo:
Em:	25/11/2024 07:58		23.097.508-6
Interessado 1:	(CNPJ: XX.XXX.164/0001-67) CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANA S/A		
Interessado 2:			
Assunto:	FIRMAS/ENTIDADES	Cidade:	CURITIBA / PR
Palavras-chave:	INFORMACAO		
Nº/Ano	3/2024		
Detalhamento:	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO 3O TRIMESTRE DE 2024 - CEASA/PR		
Código TTD:	-		

Para informações acesse: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/consultarProtocolo>



Centrais de Abastecimento do Paraná S.A.
CNPJ 75.063.164/0001-67
Curitiba – PR

Informações Intermediárias do Período
Fimdo em 30 de setembro 2024

Balanco Patrimonial

ATIVO	Nota	Em milhares de reais	
		30.09.2024	31.12.2023
Circulante		39.860	41.855
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	30.746	33.920
Direitos Realizáveis		8.576	7.861
Contas a Receber de Clientes	5	8.173	7.721
Tributos a Recuperar		1	-
Estoques		52	48
Outros Direitos Realizáveis	6	350	92
Despesas do Exercício Seguinte		538	74
Não Circulante		194.004	188.494
Realizável a Longo Prazo		2.064	3.471
Contas a Receber de Clientes	5	566	865
Depósitos Judiciais	7	1.498	1.916
Direito de Uso de Ativos	8	-	690
Investimentos		128	128
Imobilizado Próprio de Uso		191.812	184.895
Intangível	10	-	-
TOTAL DO ATIVO		233.864	230.349

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Balço Patrimonial

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Em milhares de reais	
		30.09.2024	31.12.2023
Circulante		11.442	10.866
Fornecedores	11	2.552	1.167
Obrigações Sociais e Fiscais	12	1.777	2.073
Provisão de Férias, 13º e Encargos	13	2.062	1.561
Dividendos Propostos	14	-	1.242
Outras Obrigações	15	5.051	4.703
Passivo de Arrendamento	16	-	120
Não Circulante		52.485	52.804
Passivo de Arrendamento	16	-	620
Provisão para Contingências	17	4.501	3.952
Tributos Diferidos Passivos	18	47.984	48.232
Patrimônio Líquido	19	169.937	166.679
Capital Social Realizado	19.1	33.114	33.114
Reserva de Capital	19.2	9.758	9.758
Reservas de Lucros		31.903	30.181
Ajustes de Avaliação Patrimonial		93.146	93.626
Lucro/Prejuízo do período		2.016	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		233.864	230.349

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Demonstrações dos Resultados

	Nota	Em Milhares de Reais			
		01/07/24	01/07/23	01/01/24	01/01/23
		a	a	a	a
		30/09/24	30/09/23	30/09/24	30/09/23
Receita Bruta		8.458	10.582	26.593	24.963
Prestação de Serviços		8.458	10.582	26.593	24.963
Deduções da Receita		(671)	(386)	(1.446)	(911)
Vendas Canceladas		(346)	-	(421)	-
Desconto Incondicionais		(31)	-	(72)	-
Impostos e Contribuições		(294)	(386)	(953)	(911)
Receita Líquida	20	7.787	10.196	25.147	24.052
Despesas/Receitas Operacionais		(6.928)	(5.723)	(22.341)	(18.311)
Gerais e Administrativas	21	(5.738)	(4.228)	(17.233)	(13.994)
Remuneração e Encargos dos Administradores	22	(331)	(480)	(1.328)	(1.391)
Depreciação	9	(979)	(1.023)	(3.020)	(2.962)
Outras Despesas e Receitas Operacionais		120	8	196	36
Ganhos Líquidos na alienação de imobilizado		-	-	(956)	-
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		859	4.473	2.806	5.741
Resultado Financeiro Líquido	23	772	913	2.447	2.586
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		1.631	5.386	5.253	8.327
Impostos de Renda e Contribuição Social Corrente	24	(929)	(1.219)	(3.484)	(3.350)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	25	247	-	247	-
Lucro/(Prejuízo) do Período		949	4.167	2.016	4.977

Demonstração dos Resultados Abrangentes

	Em Milhares de Reais			
	01/07/24	01/07/23	01/01/24	01/01/23
	a	a	a	a
	30/09/24	30/09/23	30/09/24	30/09/23
Lucro Líquido do Período	949	4.167	2.016	4.977
Movimentação do Período	-	-	-	-
Resultado Abrangente do Período	949	4.167	2.016	4.977

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em Milhares de Reais

01/01/2023 a 30/09/2023

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital		Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total	
		Adiantamento de Capital	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Lucros para Expansão			Lucros ou Prejuízos Acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2022	33.114	-	-	2.045	6.068	14.990	-	94.542	150.760
Adiantamento p/futuro Aumento de Capital			9.758						9.758
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	4.977	-	4.977
Reversao de dividendos Propostos	-	-	-	-	-	2.437	-	-	2.437
Saldos em 30 de Junho de 2023	33.114		9.758	2.045	6.068	17.427	4.977	94.542	167.930

01/01/2024 a 30/09/2024

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital		Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total	
		Adiantamento de Capital	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Lucros para Expansão			Lucros ou Prejuízos Acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2023	33.114		9.758	2.293	6.565	21.323	-	93.626	166.679
Ajustes Adoção CPC 27 Imobilizado									
Realização da mais Valia - Depreciação					480	-	-	480	-
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	2.016	-	2.016
Reversao de dividendos Propostos	-	-	-	-	-	1.241	-	-	1.241
Saldos em 30 de setembro de 2024	33.114		9.758	2.293	7.045	22.565	2.016	93.146	169.937

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

	Em Milhares de Reais	
	01/01/24	01/01/23
	a	a
	30/09/24	30/09/23
<u>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</u>		
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	5.253	8.327
Ajustes por:		
Provisão para Férias e Encargos	501	660
Provisão para Contingências	549	(202)
Depreciações	3.021	2.962
Baixa de Ativo Imobilizado	1.249	132
Provisão para Credores Duvidosos	(250)	-
Lucro Ajustado	10.323	11.879
IR e CS Pagos	(3.484)	(3.350)
(Aumento) Diminuição nos Ativos Operacionais		
Clientes	97	1.109
Tributos a Recuperar	(1)	58
Estoques	(4)	(2)
Outros Direitos Realizáveis	(258)	(237)
Despesas do Exercício Seguinte	(464)	(10)
Depósitos Judiciais	418	(143)
Direitos de uso de Ativos	690	170
Aumento (Diminuição) nos Passivos Operacionais		
Fornecedores	1.385	515
Obrigações Sociais e Fiscais	(296)	(192)
Outras Obrigações	(392)	1.136
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	8.014	10.933
<u>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</u>		
Aquisições de Imobilizado	(11.187)	(6.594)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	(11.187)	(6.594)
<u>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</u>		
Dividendos proposto	-	-
Constituição de reserva de lucros para expansão	-	-
Integralização de Capital	-	-
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	-	-
Aumento (Redução) dos Fluxos de Caixa	(3.174)	4.339
Varição do Período do Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.174)	4.339
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	33.920	28.825
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	30.746	33.164

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

**Notas Explicativas às Informações Intermediárias do Período Findo em
30 de setembro de 2024**
(Valores em milhares de reais)

Nota 1. Contexto Operacional

A Companhia tem como objetivo construir, instalar e administrar centrais de abastecimento e mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, além de efetuar a compra, venda, transporte e distribuição de gêneros alimentícios, diretamente a varejistas e/ou consumidores, exclusivamente quando lhe competir a participação em programas sociais, em sintonia com a política governamental.

Participar dos planos e programas do governo para a produção e abastecimento, a nível regional e nacional, promovendo e facilitando intercâmbio de mercado com as demais Unidades do Sistema e Entidades Vinculadas ao Setor.

Firmar convênios, acordos, contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, pertinentes as suas atividades.

Desenvolver, em caráter subsidiário e auxiliar, na política econômica do Governo, estudos e pesquisas dos processos, condições e veículos de comercialização de gêneros alimentícios, abrangidos por sua competência operacional.

Estabelecer e desenvolver relação de troca de serviços e desenvolver técnicas com as demais entidades vinculadas a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, de modo a favorecer e fortalecer a cooperação Inter organizacional no setor público agrícola do Estado.

Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações intermediárias estão definidas abaixo.

2.1 Base de Preparação

As informações intermediárias estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As informações intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações intermediárias estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de informações intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações intermediárias, estão divulgadas na nota explicativa "3".

2.2 Instrumentos Financeiros

2.2.1 Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos Financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de "Receitas Financeiras e Despesas Financeiras".

Em 30 de setembro de 2024, a Companhia possui caixas e equivalentes de caixa (nota explicativa "4"), nessa classificação.

Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 30 de setembro de 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

Empréstimos e Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 30 de setembro de 2024, a Companhia possui contas a receber de clientes (nota explicativa "5"), nessa classificação.

Passivos Financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

Outros passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 30 de setembro de 2024, no caso da Companhia, compreendem saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa "11").

2.2.2 Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "outros ganhos/(perdas) líquidos" no período em que ocorrem.

2.2.3 Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até noventa dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.4. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações contábeis pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal do Grupo), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa (PCLD) constituída com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

2.5. Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio histórico, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos históricos e conversão bem como custos para colocar os estoques em sua localização e condição atual.

2.6. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/dez./95, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, as taxas foram estabelecidas em função do tempo de vida útil fixadas por espécie de bens. No exercício de 2010 os principais bens integrantes do Ativo Imobilizado foram mensurados ao valor justo, qual referem-se ao "deemed cost", relativo à adoção inicial ao IFRS, líquido do IR e CS passivo diferido, em conformidade com o disposto na NBC TG 1000 (R1), baseados em laudos internos de avaliação.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

No 3º trimestre de 2024, foram implantadas novas vidas úteis aos Ativos mobilizados, de acordo com Laudo de Empresa especializada.

2.7. Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização, quando aplicável, a qual leva em consideração o prazo de vida útil e/ou de realização estimado dos ativos intangíveis.

2.8. Investimentos

Estão demonstrados pelo custo de aquisição, acrescidos de correção monetária até 31/dez./95, conforme artigo 4º da Lei nº 9.249 de 26/dez./95.

2.9. Contas a Pagar - Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços, conforme mencionamos na nota explicativa "11".

2.10. Demais Ativos e Passivos

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base "pro-rata die".

2.11. Adiantamento Futuro Aumento de Capital

A Companhia possui valores de aportes do Governo do Estado do Paraná, acionista majoritário, na rubrica adiantamento para futuro aumento de capital, cujos comprovantes estão contidos no sistema integrado de documentos do Estado do Paraná, Protocolo Físico nº 8.002.075-9 e Digital nº 15.918.311-4, ora em tramitação para fins de incorporação ao capital social, em futura Assembleia Geral Extraordinária. Vide nota explicativa "19.2".

2.12. Provisões para Contingências

As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do grupo. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa "17".

2.13. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações intermediárias. O imposto de renda e contribuição social diferido são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O Regime tributário da Companhia: Lucro Presumido.

2.14. Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

Receita decorrente da prestação dos serviços é reconhecida na medida em que os serviços são prestados.

2.15. Operações de Arrendamento Mercantil

A NBC TG 06 (R3), aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019, tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo de os arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso para todos os contratos de arrendamento em que estiverem no escopo da norma, a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção.

A Companhia realizou o levantamento, e contabilizou os efeitos de forma prospectiva, acarretando incremento nas contas patrimoniais, que sofreram alterações significativas, pelo reconhecimento de todos os compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial o ativo de uso é igual ao passivo de arrendamento a pagar ajustados ao valor presente.

Nota 3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros Impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas informações intermediárias e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa “17”.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações intermediárias.

Nota 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/09/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	3.294	5.698
Aplicações de liquidação imediata	27.452	28.222
	30.746	33.920

Nota 5. Contas a Receber de Clientes

A Companhia realizou o levantamento de informações referente a credores duvidosos e, para a data base 30 de setembro de 2024, a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD, no ativo circulante, totalizou R\$ 7.461.

	30/09/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Clientes permissionários	15.651	-	14.932	-
(-) Juros a apropriar	(17)	-	-	-
Créditos judiciais de clientes	-	566	-	527
(-) Provisão para credores duvidosos	(7.461)	-	(7.211)	-
	8.173	566	7.721	527

Nota 6. Outros Direitos Realizáveis

	30/09/2024	31/12/2023
Adiantamento a Fornecedores	1	28
Antecipações de férias e 13º	343	64
Adiantamentos para viagens e despesas	6	-
	350	92

Nota 7. Depósitos Judiciais

	30/09/2024	31/12/2023
Depósitos Judiciais	1.498	1.916
	1.498	1.916

Depósitos judiciais correspondem aos valores depositados em juízo, relativos a ações cíveis e trabalhistas, realizados para garantir a execução dessas ações. No período findo em 30 de setembro, quando comparado a 31 de dezembro de 2023, houve uma redução de R\$ 418 mil, referente a saída de depósitos relacionados a ações cíveis e/ou trabalhistas.

Nota 8. Direito de Uso de Ativos

	30/09/2024	31/12/2023
Direitos de Uso Ativos	0	690
	0	690

A Companhia possuía um segundo contrato de locação, com a empresa Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR, contrato que possui como objeto o imóvel para fins comerciais da Sede Administrativa do CEASA, situado na Avenida Silva Jardim, nº 303, Rebouças — Curitiba/PR. O Contrato nº- 16.554.230-4, de 21/08/2020, dispõe, dentre outros assuntos, sobre a obrigação futura mensal gerada de R\$ 20 mil até 07/2023, passando para R\$ 23 mil após este período.

A mensuração do custo do ativo de direito de uso de ativos corresponde ao valor líquido do passivo de arrendamento, calculado sobre o aluguel mínimo previsto nos contratos, descontados a valor presente pelas taxas projetadas e prazos de arrendamento, sendo este o período não cancelável e coberto por opção de prorrogar o arrendamento, se a Companhia

estiver razoavelmente certa de exercer esta opção. A depreciação mensal do ativo de direito de uso de imóveis é calculada, linearmente, pelo prazo de vigência previsto no contrato, independente de cláusula de renovação em conformidade com políticas internas.

Em 30 de setembro de 2024, todos os saldos referentes ao Direito de Uso desses ativos foram zerados, devido ao encerramento do Contrato.

Nota 9. Imobilizado

Demonstramos nos quadros a seguir, as movimentações do Imobilizado ocorrida no período de 01 de janeiro de 2024 a 30 de setembro de 2024:

			30/09/2024	31/12/2023
Imobilizado	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Terrenos	109.947	-	109.947	110.243
Edificações	110.899	(33.594)	77.305	70.163
Instalações	3.665	(1.468)	2.197	2.369
Móveis e Utensílios	2.214	(1.198)	1.016	785
Máquina, Equipamentos e Ferramentas	2.299	(1.375)	924	829
Veículos	1.523	(1.131)	392	498
Aparelhos de Telecomunicação	52	(22)	30	7
Outras Imobilizações	1	-	-	1
Total	230.600	(38.788)	191.812	184.895

Imobilizado	Saldo 31/12/2023	01/01/2024 a 30/09/2024			Saldo 30/09/2024
		Adições	Baixas	Depreciações	
Terrenos	110.243	-	(296)	-	109.947
Edificações	70.163	10.263	(927)	(2.194)	77.305
Instalações	2.369	100	(21)	(251)	2.197
Móveis e Utensílios	785	595	(292)	(72)	1.016
Máquina, Equipamentos e Ferramentas	829	229	(664)	530	924
Veículos	498	-	(318)	212	392
Aparelhos de Telecomunicação	7	-	(20)	43	30
Outras Imobilizações	1	-	-	-	1
Baixa valor não depreciado	-	-	1.289	(1.289)	-
Total	184.895	11.187	(1.249)	(3.021)	191.812

No 2º trimestre de 2024, foram implantadas novas vidas úteis aos Ativos mobilizados, de acordo com Laudo de Empresa especializada. Desta maneira, no 3º trimestre de 2024, a taxa média de depreciação para cada grupo é a seguinte:

Grupo	Vida Útil Média Ano	Taxa Média
Obras Cíveis	54,94	1,82%
Instalações	10	10%
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10,23	9,9%
Equipamentos de Informática	6,83	14,76%
Móveis e Utensílios	13,83	7,45%
Veículos	10,67	9,44%

Nota 10. Intangível

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Softwares	80	80
(-) Amortização Acumulada	(80)	(80)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Conforme demonstrado no quadro acima, os intangíveis da CEAS/PR já foram totalmente amortizados até o período que se encerra em 30 de setembro de 2024.

Nota 11. Fornecedores

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores de materiais	8	6
Fornecedores de serviços	2.544	1.161
	<u>2.552</u>	<u>1.167</u>

Nota 12. Obrigações Sociais e Fiscais

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Obrigações Sociais		
INSS, FGTS e IRRF S/ Folha de Pagamento	501	657
Outras Obrigações a pagar	33	-
Obrigações Fiscais		
IRPJ	660	737
CSLL	248	352
PIS	21	16
COFINS	95	72
Imposto de Renda de Terceiros	19	24
Seguridade Social	98	102
ISS	48	47
PIS/COFINS/CSLL Retidos	53	66
	<u>1.777</u>	<u>2.073</u>

Nota 13. Provisões para Férias, 13º Salário e Encargos

	30/09/2024	31/12/2023
Provisão de Férias	1.010	1.154
Provisão INSS e FGTS s/Férias	356	407
Provisão 13º Salário	515	
Provisão INSS e FGTS s/13º Salário	181	
	<u>2.062</u>	<u>1.561</u>

Nota 14. Dividendos Propostos

	30/09/2024	31/12/2023
Dividendos Propostos	-	1.242
	<u>-</u>	<u>1.242</u>

Nota 15. Outras Obrigações

	30/09/2024	31/12/2023
Débitos de Terceiros	-	1
Contas a Pagar	-	19
Adiantamento de Clientes	343	
Débitos de Funcionários e Consignações	34	9
Fundo de Reserva	4.674	4.674
	<u>5.051</u>	<u>4.703</u>

Nota 16. Passivo de Arrendamento

	30/09/2024	31/12/2023
Curto Prazo		
Obrigação com Aluguéis	-	120
Longo Prazo		
Obrigação com Aluguéis	-	620
	<u>-</u>	<u>740</u>

Em 30 de setembro de 2024, todos os saldos dos Passivos de Arrendamento foram zerados, devido ao encerramento do Contrato.

Nota 17. Provisão para Contingências

	30/09/2024	31/12/2023
Provisões para Contingências Trabalhistas	2.669	2.462
Provisões para Contingências Cíveis	1.832	1.490
	4.501	3.952

A Companhia é parte em ações Cíveis e Trabalhistas com probabilidade de perda POSSÍVEL, para as quais as normas recomendam a divulgação do valores envolvidos nas mesmas, sendo:

Ações Cíveis: R\$ 5.789

Ações Trabalhistas: R\$ 4.406

Nota 18. Tributos Diferidos Passivos

	30/09/2024	31/12/2023
IRPJ - Diferido	35.282	35.465
CSLL - Diferida	12.702	12.767
	47.984	48.232

Nota 19. Patrimônio Líquido

- a) O capital social está representado por 33.114.102 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalizando R\$ 33.114.102,00, pertencente inteiramente a sócios domiciliados no país.
- b) Reserva de lucros: O saldo restante da conta de lucros acumulados, deduzidos das destinações propostas no exercício, será destinado a reservas de lucros a disposição dos acionistas, conforme disposto no artigo nº 202, da Lei nº 6.404/76.
- c) Dividendos Propostos: No decorrer do 3º trimestre de 2024, não foram propostos dividendos aos acionistas.
- d) Lucro por ação: O lucro/(prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações:

19.1 Capital Social

	30/09/2024	31/12/2023
Lucro/(Prejuízo) Atribuível aos Acionistas	2.016	4.968
Quantidade de Ações de Capital	33.114	33.114
Lucro/(Prejuízo) Básico por Ações	0,06	0,15

19.2. Reserva de Capital

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Adiantamento para Aumento de Capital (AFAC)	9.758	9.758
	<u>9.758</u>	<u>9.758</u>

Nota 20. Receitas e Deduções

	<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2023</u>
Prestação de Serviços Mercado Interno	26.593	24.963
Deduções da Receita Bruta	(1.446)	(911)
Receita Líquida	<u>25.147</u>	<u>24.052</u>

Nota 21. Despesas Gerais e Administrativas

	<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2023</u>
Despesas com Pessoal	4.147	4.485
Utilidades e Serviços	7.441	6.595
Despesas Gerais	3.995	2.239
Impostos e Taxas	525	647
Despesas com Provisões	1.125	28
	<u>17.233</u>	<u>13.994</u>

Nota 22. Remuneração dos Dirigentes

No período de 01/jan./24 a 30/set/24, a remuneração com dirigentes representa R\$ 1.328 e, no mesmo período do ano de 2023, totalizou R\$ 1.391.

Nota 23. Resultado Financeiro Líquido

	<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2023</u>
Receitas Financeiras		
Multas Contratuais	149	145
Juros Ativos	225	188
Rendas Títulos e Valores	2.198	2.353
Descontos Obtidos	9	-
	<u>2.581</u>	<u>2.686</u>

Despesas Financeiras

Despesas Bancárias	(72)	(46)
Juros	-	(1)
Multas	(1)	-
IOF	(61)	(53)
	(134)	(100)
Resultado Financeiro Líquido	2.447	2.586

Nota 24. IRPJ e CSLL Corrente

	30/09/2024	30/09/2023
Provisão Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(2.557)	(2.458)
Contribuição Social Lucro Líquido	(927)	(892)
	(3.484)	(3.350)

Nota 25. Seguros (Não Auditados)

MODALIDADE	EVENTOS	IMPORTÂNCIA SEGURADA	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO POR EVENTO	VIGÊNCIA
SEGURO PREDIAL - HDI Seguros do Brasil S.A	Básica, Danos Elétricos, Roubo/Furto Qualificado, Perda/Pagamento de Aluguel, Vendaval, Recomposição de Registros e Documentos, Equip Eletrônicos, RC Operações, Despesas Fixas Básica, RC Danos Morais, Vazamento Tanques e Ruptura de Tubulações	R\$ 3.000.000,00	R\$ 3.000.000,00	10/01/2024 a 10/01/2025
SEGURO VIDA FUNCIONÁRIO - HDI Seguros	Morte, IEA - Indenização Especial por Acidente (Morte Acidental), IPA - Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente, IFPDa - Inv. Funcional Permanente Total por Doença (Antec.), Assistência Funeral Familiar - Com Reembolso - R\$ 5.000,00	R\$ 2.240.000,00	R\$ 35.000,00	09/09/2024 a 08/09/2025
SEGURO CARTA FIANÇA - Prime Guarantee	Garante indenização ao beneficiário (Copel Distribuição) em caso de não pagamento das parcelas pelo afadador (CEASA)	R\$ 1.973.007,63	R\$ 1.973.007,63	20/11/2023 a 20/11/2024
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS SA	DIRECTORS & OFFICERS, Danos Ambientais (produto secundário)	R\$ 1.000.000,00	R\$ 47.041,94	06/02/2024 a 06/02/2025
SEGURO VEÍCULOS - HDI Seguros do Brasil S.A	Danos materiais, danos corporais, morte, invalidez permanente, danos morais	100% da tabela FIPE, R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	25/05/2024 a 25/05/2025
SEGURO VEÍCULOS - HDI Seguros do Brasil S.A	Danos materiais, danos corporais, morte, invalidez permanente, danos morais	100% da tabela FIPE, R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	27/09/2024 a 26/09/2025
SEGURO VEÍCULOS - Mapfre Seguros Gerais SA	Básica - Colisão/ Incêndio / Roubo / Furto, danos materiais, danos corporais, morte, invalidez permanente, danos morais	100% da tabela FIPE, R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	18/05/2024 a 18/05/2025

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil, a contratação de seguros é efetuada de acordo com o grau dos riscos envolvidos, cuja política é contratar por valores condizentes.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia, que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

O histórico acerca de sinistros contribuiu para a tomada de decisão ora em curso, pois o único evento ocorrido de incêndio foi motivado por vandalismo, devidamente comprovado. Quanto aos demais segmentos contra intempéries de toda ordem, nos valorem do mesmo histórico, em que os ocorridos apresentaram e/ou foram classificados como irrelevantes. Como decisão, apenas seguramos imóveis de terceiros ocupados pela CEASA/PR.

Nota 26. Lei Geral de Proteção de Dados — LGPD

A partir de agosto de 2020 entrou em vigor a Lei nº 13.709/18, conhecida como a Lei Geral de Proteção de Dados — LGPD, que estabelece regras sobre a coleta, o tratamento, o armazenamento e o compartilhamento de dados pessoais gerenciados pelas empresas. Esta Lei afetará todas as organizações que coletam, usem, armazenem ou processem de alguma forma, dados pessoais (de pessoas físicas) de colaboradores, clientes ou fornecedores e tem por objetivo a proteção da privacidade dos dados pessoais, que implicará na adoção de medidas administrativas, procedimentais e estruturais para garantir a aplicação da Lei.

A Lei de Transparência exige hoje publicações de dados diversos, o que vem sendo cumprido pela CEASA/PR em sua íntegra, resguardadas as observações e responsabilizações pertinentes, ao uso indevido dos dados ali contidos. Cabe salientar que a Lei Geral de Proteção de Dados, hoje passa por todos os níveis da Instituição, onde demanda de ações e cuidados junto aos prestadores de serviços de forma geral, os quais demandarão de cláusulas contratuais específicas, em especial aos fornecedores de suporte de TI (mídias disponíveis), com acessos diversos, dentre outros, o que operacionalmente em suas renovações, vem sendo observado no contexto da gestão com foco na LGPD.

Para informação junto ao corpo funcional, consta nos prontuários individualizados dos empregados o envio e informe do uso de cartilha desenvolvida pela CGE Controladoria Geral do Estado, onde apresenta as informações relevantes e conceituações da LGPD, para conscientização dos empregados.

Curitiba, 30 de setembro de 2024

assinado digitalmente

Eder Eduardo Bublitz
Diretor Presidente
CPF 035.476.299-00

assinado digitalmente

Antônio Leonardecz
Diretor Técnico
CPF 640.798.979-91

assinado digitalmente

João Luiz Buso
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 358.668.459-20

assinado digitalmente

Paulo Ricardo da Nova
Diretor Agrocomercial
CPF 320.926.019-20

assinado digitalmente

Gabrielle Ribeiro dos Santos
Contadora CRC-PR 77.811/O-0
CPF 086.780.769-50



ePROTOCOLO



Documento: **DF032024.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Gabrielle Ribeiro dos Santos** em 25/11/2024 08:01, **Eder Eduardo Bublitz** em 25/11/2024 12:02, **Joao Luiz Buso** em 25/11/2024 13:20.

Assinatura Avançada realizada por: **Antonio Leonardecz (XXX.795.979-XX)** em 25/11/2024 10:36 Local: CEASA/DT.

Assinatura Simples realizada por: **Paulo Ricardo da Nova (XXX.926.019-XX)** em 25/11/2024 10:31 Local: CEASA/DA.

Inserido ao protocolo **23.097.508-6** por: **Gabrielle Ribeiro dos Santos** em: 25/11/2024 07:59.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:

1b4871d5920e4fc8a442d8e1e2304adf.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S/A. - CEASA

SETEMBRO DE 2024

Relatório de Revisão de Informações Intermediárias

Curitiba (PR), 13 de novembro de 2024
Parecer: 01.157.24

Ilmos. Srs.
Diretores e Administradores da
CEASA - Centrais de Abastecimento do Paraná S.A.
Curitiba — PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis da **Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. - CEASA** (Companhia), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com a NBC TR 2410, uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente as pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

AUDIPLAN AUDITORES INDEPENDENTES
Rua Jornalista Octavio Secundino, n.º370 – Bom Retiro – CEP 80.520-480
Telefax - (41) 3024-6800
www.audiplan.com - auditoria@audiplan.com
CURITIBA - PARANÁ

Outros Assuntos

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para efeitos comparativos, foram por nós auditados, com emissão do Relatório dos Auditores Independentes sem modificação de opinião (sem ressalvas), datado de 23 de fevereiro de 2024.

Curitiba (PR), 13 de novembro de 2024

AUDIPLAN AUDITORES INDEPENDENTES



CRC-PR Nº. 4.400/O-3

Sócio Responsável

Contador, CLAUDIO BORGES DA CUNHA JR

CRC-PR Nº. 63.955/O-8

AUDIPLAN AUDITORES INDEPENDENTES



CRC-PR Nº. 4.400/O-3

Sócio Responsável

Contador, EZEQUIEL VAZ CORREIA

CRC-PR Nº. 53.360/O-2

AUDIPLAN AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Jornalista Octavio Secundino, n.º370 – Bom Retiro – CEP 80.520-480

Telefax - (41) 3024-6800

www.audiplan.com - auditoria@audiplan.com

CURITIBA - PARANÁ